



Na audiência pública, Milton Zuanazzi (E), Nelson Jobim, Marconi Perillo e Sérgio Gaudenzi

Plenário aprova linha de crédito para agricultores

Partidos de oposição, PSDB e DEM suspendem obstrução para votar projeto. Em meio a polêmica, foi acolhida também criação da Secretaria Especial de Portos

Jobim pode processar membros da Anac

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, admitiu instaurar processo administrativo contra integrantes da Agência Nacional de Aviação Civil envolvidos na utilização indevida de documento que permitiu a liberação da pista de Congonhas. Jobim participou de audiência pública na Comissão de Infra-Estrutura, enquanto

a CPI do Apagão Aéreo questionou o procurador da Anac, Paulo Roberto de Araújo, sobre o caso. O relator Demostenes Torres falou em “fraude processual”. Jobim ainda garantiu que o governo não cederá às pressões das companhias aéreas para usar Congonhas como ponto de conexão. **Página 3**



Divergências entre oposição e governo marcaram debate sobre criação de secretaria

O projeto aprovado ontem cria uma linha de crédito para que os bancos financiem agricultores em dívidas com fornecedores de adubos, sementes e defensivos

agrícolas, contraídas de 2004 a 2006. A proposta também autoriza a União a conceder ajuda mensal de R\$ 380 a pescadores de lagosta impedidos de exercer a atividade. **Página 2**

Renan presta esclarecimentos ao conselho

O presidente do Senado, Renan Calheiros, presta hoje ao Conselho de Ética informações sobre representação movida contra ele pelo PSOL. **Página 4**

Projeto antecipa benefício para mulher carente

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto que reduz para 60 anos a idade para que mulheres possam receber benefício de um salário mínimo. **Página 6**

Senado encerra investigação sobre Gim Argello

A investigação de denúncia contra Gim Argello está encerrada no âmbito do Senado, segundo informou ontem o corregedor Romeu Tuma. **Página 4**

Comissão acolhe a fidelidade partidária

Proposta de Marco Maciel e outros senadores aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania determina a perda do mandato de membros do Legislativo e do Executivo que se desligarem do partido pelo qual foram eleitos. A matéria, que segue para exame do Plenário, estabelece ainda que os dois suplentes de senador devem ser do mesmo partido que o titular. **Página 5**



As 50 mil participantes da Marcha das Margaridas 2007 pediram, em Brasília, o reconhecimento do papel que desempenham na agricultura familiar, conforme destacou Fátima Cleide. **Página 6**

Senadores acolhem MP que permite aos agricultores substituir débito com empresas de insumo

Plenário aprova crédito para cobrir dívida rural

O Plenário aprovou ontem a criação de uma linha de crédito para que os bancos financiem agricultores em dívida com fornecedores de adubos, sementes e agrotóxicos, contraídas de 2004 a 2006. O relator revisor, Jonas Pinheiro (DEM-MT), agradeceu à liderança do Democratas e do PSDB por suspenderem a obstrução às votações no Plenário, que vinham mantendo nas últimas semanas.

De acordo com a proposta (PLV 23/07, originário da MP 372/07), têm direito ao financiamento os agricultores que não conseguiram obter empréstimos para substituir os débitos com fornecedores de insumos. As dívidas serão assumidas por bancos que operam com crédito rural, os quais contarão com um fundo bancado pelo governo em caso de inadimplência dos produtores. Serão utilizados nas operações recursos da poupança rural e dos depósitos à vista destinados ao setor rural.

Os agricultores pagarão juros de 5% ao ano, mais a Taxa de Juros de Longo Prazo, hoje fixada em 6,5% ao ano. O Tesouro bancará

eventuais diferenças entre o custo da caderneta rural e os juros pagos pelos agricultores. Cooperativas também serão beneficiadas.

A liquidação das dívidas poderá ser feita em até quatro prestações anuais, com vencimento em 31 de maio de 2009, 2010, 2011 e 2012. Os agricultores poderão aderir ao financiamento até o dia 28 de dezembro, e não mais em 28 de setembro, graças a modificação proposta pelo relator. O projeto volta à Câmara para novo exame dos deputados.

Também de acordo com a proposição, a União fica autorizada a conceder assistência financeira mensal de R\$ 380 aos pescadores de lagosta impedidos de exercer a atividade em função de instrução normativa do Ibama.

Manifestaram-se favoravelmente à aprovação do projeto os senadores Marconi Perillo (PSDB-GO), Kátia Abreu (DEM-TO), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Mão Santa (PMDB-PI), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Aloizio Mercadante (PT-SP).

Acolhida criação da Secretaria Especial de Portos de Portos

A medida provisória que cria a Secretaria Especial de Portos foi aprovada ontem, pelo Plenário, com emenda do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), e seguiu para sanção presidencial. Votaram favoravelmente 32 senadores; 23 votaram “não” e um se absteve.

Durante a discussão da proposta (PLV 21/07, resultante da MP 369/07), o principal ponto de discórdia foram os 111 cargos em comissão alocados na nova secretaria, que, segundo Raupp, não serão criados, mas remanejados de órgãos federais. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), condenou também os R\$ 86,5 mil de aluguel mensal pagos pela Secretaria Especial de Portos, e os outros sete cargos comissionados criados pela MP, para a Secretaria de Comunicação da Presidência da República. O líder do DEM, José Agripino (RN), disse não ver motivos para a gestão dos portos sair do Ministério dos Transportes.

Raupp sustentou que o aluguel segue o valor de mercado e que a desvinculação do setor do Ministério dos Transportes vai ajudar a eliminar “gargalos” em seu desenvolvimento.

CORREÇÃO

1. O **Jornal do Senado** publicou em sua edição de ontem, na página 8, que o senador Flexa Ribeiro fez apelo à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para que seja revista a Instrução Normativa 166, editada em 18

de julho último, sobre pesca da lagosta. A solicitação, na verdade, refere-se à pesca artesanal e industrial, que corre o risco de ser paralisada e é objeto da instrução normativa.

2. O nome do prefeito de Boa

Vista é Iradilson Sampaio. Na matéria “Mozarildo lê carta com obstáculos ao desenvolvimento de Roraima”, publicada na página 6 da mesma edição, afirma-se erradamente que Teresa Jucá é a prefeita do município.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário pode votar pensão para vítima de hanseníase

O Plenário do Senado, com sessão marcada para as 14h, permanece com a pauta trancada. Entre os itens da agenda está o PLV 24/07,

que concede pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a internação compulsória.

Comissão examina caso de atletas cubanos

A partir das 10h, Comissão de Relações Exteriores (CRE) ouviu o ministro da Justiça a respeito da decisão do governo brasileiro de mandar de volta para Cuba os atletas cubanos que abandonaram

a delegação de seu país durante os Jogos Pan-Americanos. Às 11h, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) discute a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

CDH discute ampliação da licença-maternidade

Às 9h30, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove o último debate destinado a instruir o projeto de lei que aumenta para seis meses o período de licença-maternidade

das funcionárias de empresas privadas que aderirem ao programa Empresa-Cidadã, instituído pela proposição. Após o debate, haverá a votação do projeto.

Trabalho escravo em debate no Maranhão

A Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, da Comissão de Direitos Humanos (CDH), debate, em municípios do Maranhão, o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. Em seguida, os senadores participam de seminário em Açailândia.

Audiência sobre produção audiovisual

A convergência tecnológica no conteúdo das produções audiovisuais será discutida pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), às 9h. Estão convidados, entre outros, o ministro da Cultura, Gilberto Gil, e o conselheiro da Abert, Evandro Guimarães.

Ciclo de audiências sobre propostas para a educação

A Comissão de Educação (CE) realiza, às 10h, a nona reunião do ciclo de audiências públicas destinado a debater propostas para a educação brasileira. Estão convidados, entre outros, o presidente da União Nacional dos

Dirigentes Municipais de Educação, Cleuza Repulho; o diretor da Academia Brasileira de Ciências, Luiz Da Vidovich; e o presidente da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias, Gilberto Gonçalves Garcia.

Especialistas analisam desafios do setor elétrico

A partir das 9h, a Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas reúne-se para debater os desafios do setor elétrico brasileiro diante dos problemas causados pelas alterações do clima no país.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Papaléo Paes, Cícero Lucena, Tião Viana, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Mão Santa e Augusto Botelho

Fotos: G6/Cruz



Josef Barat (E), Demostenes, Mário Couto e Paulo Roberto Gomes em reunião da CPI

Documento usado em processo era válido, diz procurador da Anac

Em depoimento na CPI do Apagão Aéreo, o procurador da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Paulo Roberto Gomes de Araújo, afirmou ontem que juntou a norma que trata das condições de pouso em Congonhas ao processo que determinou em fevereiro a liberação da pista principal do aeroporto porque o documento tinha valor e estava em vigor.

A norma estabelece que, para um avião pousar em Congonhas em dias de chuva, a aeronave tem que estar com o reverso (equipamento que ajuda a aeronave a frear) em total funcionamento. O avião da TAM que se acidentou em 17 de julho estava com um dos reversos travado. Em depoimento semana passada na CPI, a diretora da Anac Denise Abreu salientou que o documento não era válido.

No entanto, ele havia sido usado como parte do processo que culminou, em fevereiro, com a liberação da pista de Congonhas

pela desembargadora Cecília Marcondes, do Tribunal Regional Federal (TRF). A desembargadora disse à imprensa que se sentiu “enganada” pela Anac.

O relator da CPI, senador Demostenes Torres (DEM-GO), observou que, se o documento era ineficaz, como atestou Denise Abreu, houve “fraude processual” e a magistrada foi induzida a erro. Mas se o documento estava em vigor, Demostenes acredita que o Airbus com reverso travado não poderia ter pousado em Congonhas. Pousar irregularmente no aeroporto pode redundar no não-pagamento do seguro da aeronave para a TAM, disse o senador, ao ressaltar que essa situação envolveria “uma soma fabulosa de dinheiro”.

O procurador ponderou que a argumentação da Anac no processo objetivava apenas garantir à desembargadora que a pista de Congonhas estava dentro dos parâmetros de segurança.

Diretor de agência confirma passagem paga pela TAM

O diretor da Anac, Josef Barat, confirmou ontem, na CPI do Apagão Aéreo, ter viajado a São Paulo com passagens pagas pela TAM. Ele disse que sua participação no evento foi autorizada pela própria diretoria da Anac, baseando-se em parecer favorável emitido pelo corregedor do órgão, o procurador da República Rubens Vieira. O relator da comissão, Demostenes Torres, considerou “estranho” o parecer do procurador, tendo em vista que a agência tem a função de fiscalizar as empresas aéreas.

Também na CPI, o empresário Carlos Ernesto de Campos, dono de uma concessão de recinto alfandegado no aeroporto de Ribeirão Preto, garantiu não ter qualquer relação com a diretora da Anac Denise Abreu e disponibilizou seus sigilos bancário, fiscal e telefônico à comissão.

Promotor sugere lei para regulamentar ação em emergências

Em audiência na CPI do Apagão Aéreo, o promotor de Justiça do Distrito Federal Diaulas Ribeiro pediu ontem que o Senado pense em uma lei para definir procedimentos a serem seguidos pelas autoridades em situações como a do acidente com o avião da Gol, que deixou 154 mortos. Entre as sugestões do promotor, estão a criação de um fundo para ser usado em emergências e a formação de uma equipe nacional de resgates.

Diaulas lembrou que o Ministério Público atuou na liberação dos corpos e na devolução dos pertences aos familiares das vítimas do acidente com o voo 1907 da Gol, mas contou que para agir precisou “tatear leis aqui e acolá” a fim de encontrar uma brecha na legislação que possibilitasse a atuação do Ministério Público.

Em audiência na Comissão de Infra-Estrutura, ministro da Defesa diz ser favorável ao aumento no limite de participação estrangeira em empresas de aviação de 20% para 49%

Jobim afirma que pode instaurar inquérito sobre liberação de pista

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, disse ontem, durante audiência na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que poderá instaurar processo administrativo disciplinar contra integrantes da Anac envolvidos na utilização indevida de documento que serviu de embasamento à decisão judicial de liberar a pista principal do aeroporto de Congonhas.

Jobim afirmou que vai solicitar a investigação dos fatos por uma comissão de inquérito e que a instalação do processo disciplinar dependerá dos resultados dessa investigação.

– Não é uma denúncia. Na denúncia, você indica os réus, no caso de inquérito se faz uma investigação – explicou, em resposta a Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Jobim defendeu o estabeleci-

mento de um plano estratégico de defesa nacional que leve em conta o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, num modelo que permita expandir suas atividades.

O ministro informou que, com a autorização do presidente Lula, constituiu um grupo de trabalho para, até o fim do ano, elaborar o plano que defina esse modelo de defesa nacional e garantiu que a decisão do Executivo é priorizar a segurança. “A crise no setor aéreo não é um tema que seja posto em termos de governo e oposição; é um tema posto em termos de conseguirmos continuar fazendo oposição e governo”, observou.

Participação estrangeira

O presidente da CI, Marconi Perillo (PSDB-GO), assinalou que a maior parte dos aeroportos já está congestionada e que se-

riam necessários R\$ 7,3 bilhões para reverter esse quadro, de acordo com relatório da Anac.

Na avaliação do senador, a medida de proteção às empresas brasileiras que proíbe participação maior de 20% de capital estrangeiro nas companhias de aviação pode impedir a dinamização do setor e dificultar a solução dos problemas aeroviários. O ministro disse ser favorável ao aumento no limite da participação estrangeira para 49%.

Eliseu Resende (DEM-MG) defendeu o estabelecimento de parcerias público-privadas como forma de assegurar recursos para investimentos no setor aéreo e Jayme Campos (DEM-MT) apelou ao governo para que não contingencie recursos destinados às Forças Armadas.



Audiência na CI debate problemas em obras e na infra-estrutura dos aeroportos brasileiros e com a segurança do tráfego aéreo

“Governo manterá restrição a conexões em Congonhas”

O centro da crise aérea no Brasil, na opinião de Nelson Jobim, foi a transformação do aeroporto de Congonhas, na capital paulista, em ponto de concentração e redistribuição de todo o tráfego aéreo do país (*hub* nacional).

Durante a audiência pública na CI, o ministro da Defesa revelou que as empresas aéreas continuam pretendendo manter vôos com conexões usando Congonhas, mas o governo não vai ceder à pressão “de jeito nenhum”.

– Se Congonhas passasse a ser apenas um aeroporto de destinação final, isso reduziria em 4 milhões ao ano o número de passageiros – disse.

Recursos

O ministro afirmou que o sistema de infra-estrutura aereo-

portuária receberá do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) cerca de R\$ 3 bilhões, de 2007 a 2010. Ele revelou estar em negociação com o Ministério do Planejamento para que esses recursos sejam aumentados.

O diretor-geral da Anac, Milton Zuanazzi, rebateu as críticas de que a agência teria sido responsável pelo excesso de vôos em Congonhas. Ele disse que em 2005 o aeroporto já funcionava com 48 pousos e decolagens por hora (movimentos-hora).

– Quando a Anac foi criada, em 20 de março do ano seguinte, baixamos esses movimentos para 44 por hora, diminuindo o tráfego aéreo. Agora, houve uma decisão do Ministério da Defesa para diminuir esses movimentos para

33 por hora – destacou.

Na mesma reunião, o presidente da Infraero, Sérgio Gaudenzi, considerou imprescindível a imediata revisão do plano de investimentos dos aeroportos para acomodar um horizonte de planejamento bem mais longo, por pelo menos 20 anos. Ele admitiu ter havido superfaturamento em algumas obras da empresa, mas informou que está sendo elaborado um “Índice Infraero de Construção”, a ser aplicado nas obras em aeroportos, e que o Tribunal de Contas da União já aprovou essa idéia. Com esses novos índices, as obras dos aeroportos de Goiânia (GO) e Vitória (ES) terão cálculos diferentes e poderão ser retomadas em breve, com aval do TCU, enfatizou.



Para Romeu Tuma, corregedor do Senado, "não há mais o que fazer"

Investigação sobre Gim Argello é encerrada

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), informou ontem que a investigação, no âmbito do Senado, das denúncias contra o senador Gim Argello (PTB-DF) está encerrada. O motivo é a decisão da Mesa de não acolher a representação encaminhada pelo PSOL, que acusou o senador petebista de quebra de decoro parlamentar.

– Não há mais o que fazer – comentou o corregedor, que observou a disposição do Ministério Público de prosseguir investigando as acusações levantadas pela Operação Aquarela a cargo da Polícia Civil do Distrito Federal.

Em nota divulgada por sua assessoria, o parlamentar pelo DF assinalou que a afirmação de Tuma sobre o arquivamento da representação "é um reconhecimento de que o caso foi encerrado no Senado". Segundo a nota, Gim Argello "vai se dedicar inteiramente ao trabalho em defesa dos interesses da população brasileira, e em especial de Brasília".

O corregedor do Senado passou parte da tarde em visita ao procurador-geral de Justiça do Distrito Federal, Leonardo Bandarra, e ao juiz Roberval Casemiro Belinatti, titular da 1ª Vara Criminal de Brasília. Ele foi agradecer aos dois a confiança no trabalho da Corregedoria ao enviarem documentos sobre a Operação Aquarela.

Romeu Tuma lamentou a decisão da Mesa. "Você fica constrangido em não poder dar continuidade às investigações, inclusive em benefício do próprio acusado, que teria a chance de se defender e provar a sua inocência", afirmou.

Senador afirma que laudo da PF sustenta que ele possuía recursos para pagar despesas pessoais e que o gado foi vendido a preço de mercado e o dinheiro depositado em sua conta

Renan se dispõe a apresentar hoje esclarecimentos a relatores

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou ontem, da tribuna, que está à disposição da comissão de inquérito – composta por três relatores – do Conselho de Ética para prestar, às 18h de hoje, esclarecimentos sobre a primeira das duas representações movidas contra ele pelo PSOL, a partir de denúncia da revista *Veja*. A audiência deve ser realizada no gabinete do presidente do colegiado, Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

A revista o acusa de ter parte de suas despesas pessoais bancadas por um funcionário da empreiteira Mendes Júnior, que seria o responsável pelo pagamento de aluguel e pensão alimentícia à jornalista Mônica Velloso, com quem o senador tem uma filha.

– Estou à disposição dos três relatores do caso no conselho para amanhã [hoje] prestar os esclarecimentos devidos. Quero comunicar ao país que recebi cópia do laudo do Instituto de Criminalística solicitado pelos relatores do Conselho de Ética. Como se trata de laudo minucioso, tratarei do assunto no momento oportuno – disse Renan Calheiros, referindo-se ao resultado da perícia feita pela Polícia Federal na documentação que ele

encaminhou ao colegiado.

Na avaliação do senador, a perícia sustenta todas as explicações apresentadas por ele ao conselho.

– Quanto ao aspecto da representação, o laudo sustenta as minhas afirmações desde o início, ou seja, todos os documentos contábeis são autênticos. Eu possuía recursos para fazer face às despesas. O gado comercializado em minha fazenda foi e é vendido a preço de mercado. E que o dinheiro produzido por todas as vendas foi depositado em minha conta bancária – concluiu o presidente do Senado.

Em uma segunda representação, também com base em denúncia de *Veja*, o PSOL solicita que o conselho investigue as relações de Renan com a cervejaria Schincariol, por quem teria intercedido para impedir a execução de dívidas junto à Receita Federal e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A terceira representação foi protocolada pelo DEM e pelo PSDB para esclarecer suposta participação do senador na compra de duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas, em parceria com o ex-deputado e usineiro João Lyra.



Roseana Sarney acompanha o pronunciamento de Renan Calheiros no Plenário do Senado

Perícia da Polícia Federal auxiliará relatoria

O resultado da perícia realizada pela Polícia Federal na vida contábil de Renan Calheiros – entregue na terça-feira à Vice-Presidência do Senado – irá auxiliar o trabalho dos senadores Almeida Lima (PMDB-SE), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Renato Casagrande (PSB-ES), relatores da representação encaminhada contra Renan pelo PSOL.

A perícia foi solicitada pelo Conselho de Ética, para comprovar a legalidade das notas fiscais e demais documentos apresentados pelo senador e pelas empresas com as quais teria negociado na condição de produtor rural.

A conclusão tem 38 páginas, nas quais a PF faz uma análise completa do material que recebeu para exame, inclusive apresentando quadros demonstrativos, e responde a 30 perguntas formuladas pelos membros do Conselho de Ética.

O objetivo da perícia é comprovar, ou não, a capacidade financeira de Renan arcar com suas despesas

particulares. Isso porque o que motivou a representação foi uma matéria na revista *Veja* segundo a qual o senador utilizava Cláudio Gontijo, funcionário da empreiteira Mendes Júnior, para pagar pensão alimentícia de R\$ 12 mil à filha de três anos que tem com a jornalista Mônica Velloso. O valor da pensão ultrapassa os rendimentos de Renan como parlamentar.

A perícia atestou a autenticidade de todos os documentos apresentados, mas apontou "inconsistências" entre alguns deles. Os periciadores explicaram que enfrentaram várias limitações na análise do material, e que emitiram parecer exclusivamente técnico sobre os documentos apresentados.

O presidente do Conselho de Ética, Leomar Quintanilha, afirmou que as partes (Renan Calheiros e PSOL) têm agora, regimentalmente, até segunda-feira para, se quiserem, se manifestarem sobre a perícia. A partir de então, caberá

aos relatores a elaboração de um parecer sobre o caso, sugerindo o arquivamento ou o prosseguimento do processo.

Caso o processo venha a prosseguir, os relatores podem propor, em seu parecer, uma das quatro penas previstas pelo Código de Ética e Decoro Parlamentar: advertência, censura verbal ou escrita, perda temporária ou definitiva do mandato.

O parecer dos relatores é, então, votado pelos 15 membros do Conselho de Ética e, caso se opte pela perda definitiva do mandato, caberá ao colegiado elaborar um projeto de resolução com essa finalidade, a ser apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – para avaliar os aspectos jurídicos e legais – e, em seguida, pelo Plenário, em votação secreta e por maioria de votos.

Quintanilha tem defendido a apresentação do parecer no Conselho de Ética até 31 de agosto.



Quintanilha: após ouvir as partes, Conselho de Ética concluirá processo contra Renan

Quintanilha marca votação de relatório para 30 de agosto

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Leomar Quintanilha, marcou para o dia 30 de agosto a votação do relatório final sobre a representação do PSOL contra o presidente do Senado, Renan Calheiros.

– Já temos condições, depois de ouvidas as partes, de concluir o processo – afirmou Quintanilha.

Na avaliação do parlamentar, a perícia feita pela Polícia Federal em documentos apresentados por Renan, apesar de apontar inconsistências, foi positiva e favorável ao presidente da Casa, pois, assinalou, confirmou a autenticidade da documentação.

– Todo levantamento contábil apresenta inconsistências. A perícia oferece informações suficientes para formular o parecer – disse.

Embora Almeida Lima (PMDB-SE), um dos relatores do processo e defensor da tese de inocência de Renan, tenha manifestado a expectativa de um relatório comum, os outros dois relatores, Renato Casagrande (PSB-ES) e Marisa Serrano (PSDB-MS), não acreditam nessa possibilidade, por entenderem que há fragilidades na defesa do presidente do Senado.

Para Renato Casagrande, o fato de a perícia apontar várias inconsistências em diversos itens é desfavorável a Renan.

– Temos que analisar os documentos e ouvir Renan para concluir se houve ou não quebra de decoro parlamentar – frisou Casagrande.

Acareação

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), anunciou que pretende fazer uma acareação entre Renan e o usineiro João Lyra, para esclarecer as denúncias da revista *Veja* de que os dois teriam registrado em nome de "laranjas" duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas. Na terça-feira, o corregedor recebeu telefonema do advogado de Lyra colocando seu cliente à disposição para a acareação, desde que seja em Maceió e somente com Renan.

Crítérios para concessão de serviço de rádio e TV devem ser discutidos

Os atuais critérios para concessão de serviços de rádio e televisão deverão ser discutidos pelos integrantes da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em audiência pública, de acordo com requerimento a ser apresentado pelo senador Flávio Arns (PT-PR). O anúncio foi feito pelo parlamentar durante reunião do colegiado, realizada ontem, onde foram aprovadas 36 propostas para outorgar ou renovar concessões de serviços de radiodifusão e dois que envolvem outorga para serviços de televisão – uma para Londrina (PR) e outra para Rio Verde (GO).

Para Arns, o debate sobre os critérios vigentes é importante tanto para esclarecer a sociedade, como

para que os parlamentares comecem a examinar a necessidade de aprimoramentos das normas. Atualmente, disse, o colegiado apenas referenda pareceres sobre aspectos técnicos e legais preparados pelo Executivo.

O presidente da CCT, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), afirmou compartilhar da preocupação de Arns e defendeu que o colegiado adote critérios próprios de exame. Questionou, no entanto, notícias recentes sobre a aprovação de concessões supostamente em favor de “laranjas” – pessoas que acobertam titulares de empreendimentos ou negócios financeiros. O senador observou que os projetos aprovados designam perfeitamente as empresas de comunicação atendidas.



Arns (E) deve propor audiência pública sobre o tema na CCT, presidida por Wellington (D)

Comissão realizará novo debate sobre crise na lavoura de cacau

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizará nova audiência pública, em data a ser definida, sobre a crise da lavoura cacauzeira da Bahia e as ações do governo federal para atender ao setor. O colegiado promoveu uma reunião para debater o tema na semana passada, mas, na ocasião, o senador César Borges (DEM-BA) – autor do requerimento para a audiência – criticou a ausência do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, que era um dos principais convidados. O novo debate tem o objetivo de garantir a presença do ministro.

Os problemas da lavoura cacauzeira se acentuaram quando

os agricultores do setor, que já enfrentavam a queda dos preços internacionais do cacau, foram afetados pela praga da vassoura-de-bruxa, que arrasou boa parte das plantações locais – concentradas no sul da Bahia. Com isso, o país, que durante muito tempo foi o segundo maior produtor mundial do fruto, atualmente figura entre a quarta e a quinta posições.

A CRA decidiu adiar a votação do projeto que cria o Estatuto do Produtor Rural (PLS 325/06) devido a pedido de vista, apresentado pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO). A proposta, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), tem parecer favorável do relator, Jonas Pinheiro (DEM-MT).



Sob a presidência de Neuto de Conto (E), CRA adia votação do Estatuto do Produtor Rural

Proposta de iniciativa de Marco Maciel e outros senadores visa assegurar ao partido político a titularidade do mandato conquistado nas urnas pela legenda



Maciel (E, ao lado de Magno Malta) preside reunião da CCJ que aprovou medida na forma de substitutivo. Proposta segue para o Plenário

Troca de partido pode levar a perda de cargo no Executivo e Legislativo

Proposta de emenda à Constituição determinando a perda do mandato de membros dos Poderes Legislativo e Executivo que se desligarem do partido pelo qual foram eleitos recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na forma de substitutivo. De autoria do senador Marco Maciel (DEM-PE), também presidente da comissão, e outros senadores, e relatada por Tasso Jereissati (PSDB-CE), a matéria vai agora ao primeiro turno de discussão em Plenário.

O objetivo da proposição (PEC 23/07) é assegurar aos partidos políticos a titularidade dos mandatos conquistados pela sigla nas eleições – deputados federal

e estadual, senador, vereador, prefeito, governador e presidente da República, incluindo os vices. A medida não se aplica quando a filiação a novo partido resultar de extinção, incorporação ou fusão da legenda pela qual o parlamentar ou membro do Executivo se elegeu. De acordo com a proposta, a perda do mandato dos parlamentares deverá ser declarada pela Mesa, a partir de comunicação da direção nacional do partido titular do mandato. No caso de ocupantes de cargos do Executivo, a perda da função deverá ser declarada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou Tribunal Regional Eleitoral (TRE), no âmbito de sua jurisdição.

O substitutivo estabelece que

a nova regra entrará em vigor na data da publicação da emenda.

Mudança acatada no substitutivo do relator, de autoria de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), determina que cada senador deverá ser eleito com dois suplentes do mesmo partido.

Na justificativa da PEC, quando ainda não estava incluída a perda do mandato no Executivo, os autores argumentaram que a grande maioria dos deputados e vereadores deve sua eleição aos votos dados a seus companheiros de legenda e que a filiação partidária é condição de elegibilidade. Alegaram ainda que a mudança de partido violenta a representação política saída das urnas e, dessa forma, a vontade do eleitor.

Mais rapidez no julgamento de crime de responsabilidade

A Comissão de Justiça aprovou projeto de lei do Senado que dá prioridade à tramitação de processos por crimes de responsabilidade de funcionários públicos. O projeto, que recebeu decisão terminativa, é de autoria da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e teve parecer favorável do relator, senador Edison Lobão (DEM-MA).

Ideli explica que o projeto compõe um conjunto de mudanças no Código de Processo Penal para diminuir a impunidade no país e a morosidade nos julgamentos processuais. Ela informou que a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie Northfleet, apresentou uma série de sugestões a seis projetos, incluído este, que estão tramitando no Congresso e tratam de combater a impunidade. A senadora disse que todas as emendas apresentadas por Ellen Gracie são muito pertinentes para aperfeiçoar essas matérias.

Com a aprovação da sua proposta, ressaltou a senadora, o Congresso está atendendo a um apelo da opinião pública e da própria sociedade para que os julgamentos em processos de crimes de responsabilidade sejam julgados com maior rapidez pelo Judiciário.

Pareceres suspendem a execução de norma jurídica

Parecer que referenda decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) pela inconstitucionalidade de dois dispositivos – um constante de lei e outro de convênio do estado de São Paulo – relativos ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) foi aprovado ontem pelos senadores da Comissão de Justiça.

Outro parecer aprovado refere-se a lei do município de Auriflâma, em São Paulo, relativa a isenção de impostos, declarada inconstitucional por completo. Um terceiro parecer acolhido faz referência a dispositivo do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça (STJ) declarado inconstitucional, mas no caso a recomendação foi pela prejudicialidade da matéria.

As matérias, derivadas de ofícios do Supremo, entraram em pauta depois de alerta do presidente da CCJ, Marco Maciel, de que havia cerca de 90 matérias desse tipo pendentes de deliberação.

Cabe ao Senado Federal, de forma privativa, suspender a execução – no todo ou em parte – de lei declarada inconstitucional pelo STF, em decisões que afetem apenas as partes envolvidas no processo (casos concretos).

Márcia Kátume



Dirigida por José Maranhão (C), comissão aprova requerimento convocando Ubiratan Aguiar

CMO quer explicação de ministro sobre contas do presidente

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) decidiu ontem convocar o ministro Ubiratan Aguiar, do Tribunal de Contas da União, para que ele explique aos deputados e senadores a prestação de contas do governo Lula do ano passado.

O tribunal aprovou as contas do presidente em junho, mas fez

27 ressalvas, especialmente sobre a falta de controle dos convênios entre a União, os estados e os municípios. No parecer, Ubiratan Aguiar sugere a suspensão dos repasses por falta de fiscalização nas transferências.

O ministro deve apresentar as explicações à CMO na manhã da próxima quinta-feira. As contas

do presidente da República devem ser aprovadas pelo Congresso Nacional.

Ainda na reunião de ontem, a comissão, presidida pelo senador José Maranhão (PMDB-PB), aprovou quatro pedidos do governo federal para abertura de crédito a vários órgãos, no valor total de R\$ 290 milhões.

Benefício social a mulher carente pode ser pago a partir de 60 anos

Proposta acolhida pela CAE, que vai agora a votação no Plenário, resultou de sugestão apresentada por uma associação comunitária de Governador Valadares

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) favorável a projeto que reduz de 65 para 60 anos a idade para que as mulheres possam receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC), no valor de um salário mínimo. A proposta foi apresentada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O benefício é destinado a pessoas idosas ou com deficiência, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família. O projeto, que agora vai ao Plenário, resultou de sugestão

da Associação Comunitária de Chonin de Cima, da cidade de Governador Valadares (MG).

Trabalho

Na mesma reunião, a CAS acolheu projeto de resolução do senador Paulo Paim (PT-RS) que institui a Frente Parlamentar pela Valorização do Trabalho (PRS 30/07). Paim informou que mais

de 60 senadores já apóiam a sua iniciativa.

Foi aprovado ainda requerimento da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), que preside o colegiado, solicitando realização de audiência pública para debater a atual situação dos planos e seguros privados de saúde e a regulação do setor.



Comissão de Assuntos Sociais, presidida por Patrícia Saboya, acolhe propostas em favor das mulheres

Direito de acesso a informações no pré-natal

No período de consultas pré-natal e no momento da realização do parto toda mulher poderá ter o direito de acesso a informações sobre os benefícios e as possibilidades da doação voluntária de sangue do cordão umbilical e placentário, de grande importância para transplantes.

O primeiro passo para que isso ocorra foi dado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais, ao ser aprovado parecer de Lúcia

Vânia (PSDB-GO) favorável a projeto de lei de autoria da deputada Rita Camata. A proposta, que altera a lei que dispõe sobre a remoção de órgãos do corpo humano, vai ao Plenário.

Saúde bucal

Foi aprovado ainda parecer de Augusto Botelho (PT-RR) favorável a projeto (PLC 3/07) do deputado Rubens Otoni que regulamenta o exercício das profissões de técnico e de auxiliar em

saúde bucal.

Augusto lembrou que essas duas categorias profissionais já atuam há anos em estreita colaboração com os cirurgiões-dentistas, razão pela qual mostrou-se favorável à aprovação do projeto, que também segue para votação em Plenário.

Com o objetivo de evitar possíveis conflitos com os dentistas, o projeto limita a atuação do técnico em saúde bucal – profissional qualificado de nível médio.



Romero Jucá vê avanço em questões relacionadas à Zona Franca de Manaus



Para Arthur Virgílio, dispositivos sobre capital amazonense são "perfumaria"

Senadores divergem sobre ZPEs

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou que na próxima terça-feira será finalizada uma minuta de medida provisória para regulamentar as zonas de processamento de exportação (ZPEs) e que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, será convidado para receber em mãos o documento. Ele informou que na reunião de ontem com os líderes partidários houve avanço na preservação de pontos relacionados à Zona Franca de Manaus.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse que não ficou tranqüilo com o resultado da reunião e que ela não foi conclusiva. Virgílio afirmou que os

pontos preservados em relação a Manaus são "perfumaria" e que considera vital estabelecer para as ZPEs a obrigatoriedade de um processo produtivo básico, com exigências como o índice de nacionalização e o número de empregos.

– Ninguém conte comigo para fingir que não estou vendo os prejuízos à economia do meu estado.

Romero Jucá também anunciou que havia firmado entendimento com a oposição para que fossem votadas ainda ontem as medidas provisórias (MPs) 369 e 372, que constavam da ordem do dia.

Adiada novamente instalação de CPI

A instalação da comissão parlamentar de inquérito que vai apurar a atuação das ONGs no país, que estava prevista para ontem, foi novamente adiada. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), designado presidente da CPI em sua primeira reunião, por ser o mais idoso, foi o único a comparecer à sala onde ocorreria a reunião.

Para Suplicy, a ausência de parlamentares, provavelmente, decorreu da falta de consenso entre os líderes para indicar os dirigentes da CPI – presidente, vice-presidente e relator.

O senador afirmou que iria conversar com os líderes para solucionar o impasse, e, assim, convocar nova reunião para a instalação do colegiado.

Fátima Cleide aplaude a Marcha das Margaridas

Fátima Cleide (PT-RO) destacou ontem, em Plenário, a importância da Marcha das Margaridas 2007, realizada pela terceira vez em Brasília. A senadora observou que a manifestação contou com 50 mil participantes e foi organizada pela Secretaria de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

– Elas vêm a Brasília dizer que não aceitam que ninguém venha a mexer nos seus direitos e para

garantir suas conquistas e ampliar os seus direitos. Elas vêm a Brasília dizer que não são apenas reprodutoras familiares, mas são, sobretudo, produtoras de alimentos.

Fátima Cleide informou que participou do ato de encerramento da marcha, que contou com a presença do presidente Lula, de ministros e dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), José Nery (PSOL-PA) e Ideli Salvatti (PT-SC).



Fátima Cleide participa da cerimônia de encerramento de manifestação em Brasília



Kátia Abreu: pedidos de liberação de transgênicos são bloqueados

Governo manipula votos na CTNBio, acusa Kátia Abreu

Uma conspiração ideológica estaria prejudicando o desenvolvimento da pesquisa e da inovação tecnológica no campo da engenharia genética do Brasil. A denúncia foi feita pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que acusou setores do governo de manipularem a maioria dos votos de representantes dos ministérios na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Os indicados pelos ministérios estariam sistematicamente votando contra qualquer pedido de liberação comercial de transgênicos.

Segundo a parlamentar, sempre votam contra qualquer pedido de liberação de transgênico dois indicados pelo Ministério do Meio Ambiente, dois pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, um pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e um pelo Ministério da Justiça. O representante do Ministério da Saúde, disse, quando não vota contra, tem sua posição questionada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária junto ao Conselho Nacional de Biossegurança.

– O patrulhamento ideológico também é instrumento de pressão utilizado na CTNBio – frisou.

Proposta do Executivo para manter a CPMF motiva debates em Plenário: Jarbas Vasconcelos e César Borges são contra e Suplicy sugere convocar ministros para discutir uso dos recursos

Para Jarbas Vasconcelos, combater a prorrogação da CPMF é “dever cívico”

Ao antecipar seu voto contrário à prorrogação da CPMF por mais quatro anos, conforme pretende o governo federal em proposta que tramita na Câmara, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) afirmou considerar um “dever cívico” combater o imposto. De acordo com o senador, trata-se de um “péssimo tributo”, já que “aumenta despesas públicas, desestimula o crédito, eleva custos e afeta negativamente toda a cadeia produtiva, incidindo sobre a



Jarbas aponta aumento de gastos públicos e desestímulo ao crédito

cobrança de outros impostos”.

Na opinião de Jarbas, “manter a CPMF é autorizar o governo Lula a continuar aumentando seus gastos, sem nenhum controle”. Ele observou que, “se o governo fizesse seu dever de casa” e não gastasse mais do que arrecada, não faria tanta questão de manter a cobrança do

imposto. – O governo não merece mais este cheque em branco – disse.

Segundo análise do senador, “o Brasil tem uma carga tributária de primeiro mundo – que incide sobre todas as classes sociais – e uma prestação de serviços públicos de terceiro mundo”, já que, para ele, não existe uma relação direta entre o aumento da carga tributária nos últimos anos e a melhoria dos serviços de saúde, educação e segurança pública.

Em apartes, Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Mão Santa (PMDB-PI) também se declararam contrários à prorrogação da CPMF. Já Sibá Machado (PT-AC) considerou necessário estudar uma forma de manter a contribuição por mais algum tempo e, em seguida, “inaugurar um novo formato”.

César Borges: país tem carga tributária excessiva

A proposta do governo federal de prorrogação da CPMF, “num momento em que toda a imprensa nacional registra o aumento da arrecadação de impostos”, foi criticada ontem, em Plenário, pelo senador César Borges (DEM-BA).

Segundo o parlamentar, no ano de 2006, os brasileiros recolheram aos cofres da União, estados e municípios R\$ 795 bilhões, o que supera em R\$ 78 bilhões o que foi arrecadado em 2005. Desse montante,

disse, R\$ 70 bilhões foram destinados ao governo federal. A CPMF foi responsável pela arrecadação de R\$ 32 bilhões.

César Borges frisou que a alta carga tributária do país prejudica principalmente o setor produtivo e as classes menos favorecidas.

– O governo quer continuar penalizando quem produz, ainda que diante do recorde de arrecadação, para ter sobra de recursos para investir a seu prazer – criticou.



“Governo continua penalizando quem produz”, diz César Borges

Suplicy propõe debate sobre uso da contribuição

Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem a apresentação de requerimento para que os ministros da Fazenda, Guido Mantega; da Saúde, José Gomes Temporão; da Previdência Social, Luiz Marinho; e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, sejam convocados a prestar informações sobre a arrecadação e a aplicação dos recursos da CPMF. Seria realizada, nesse caso, uma audiência conjunta das comissões de Assuntos

Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS). O requerimento, apoiado por vários senadores, será objeto de deliberação nos dois colegiados.

A proposta de emenda à Constituição que prorroga, até 2011, a vigência da contribuição tramita na Câmara. Se for aprovada pelos deputados, será apreciada no Senado. Ainda não há acordo sobre a prorrogação da CPMF, nem sobre a sua alíquota ou a divisão dos recursos.



Suplicy quer convocar ministros para audiência pública



Obstrução visa “forçar velocidade das investigações”, explica Agripino

Agripino pede cronograma ao Conselho de Ética

José Agripino (DEM-RN) cobrou ontem, em Plenário, agilidade e o estabelecimento de um cronograma para a apresentação e votação dos relatórios do Conselho de Ética sobre os processos abertos contra o senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Ele pediu que a Casa “volte à normalidade” para serem votadas matérias importantes, como a renegociação das dívidas agrícolas, que foi aprovada no final da sessão.

O senador exigiu o estabelecimento de datas para a finalização dos processos no Conselho de Ética. O presidente do colegiado, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), e um dos relatores do primeiro processo aberto contra Renan no Conselho de Ética, Almeida Lima (PMDB-SE), garantiram que até o dia 30 o relatório sobre esse processo será apresentado.

DEM e PSDB se declararam em obstrução para protestar contra a permanência de Renan na Presidência. Agripino explicou que o objetivo da obstrução é “forçar a velocidade das investigações, para que o país perceba que estamos incomodados por deliberar sob a presidência de alguém que está sendo investigado”.

Julgamento no STF é fato histórico, avalia Alvaro Dias

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que, “neste cenário de desencanto nacional e de indignação diante de tantos escândalos”, só o início dos debates no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o acolhimento das denúncias do procurador-geral da República contra os envolvidos no escândalo do mensalão “constituiu-se em fato histórico”. Ele

acrescentou que, além disso, o fato é um “alento indiscutível, sobretudo para aqueles que desejam a recuperação da credibilidade das instituições públicas brasileiras”.

O senador ressaltou que é preciso trabalhar para, “sobre os escombros provocados pelos últimos escândalos, edificar uma nova instituição pública brasileira”.



Alvaro: “É preciso trabalhar para edificar nova instituição pública”

– Esse ato do Supremo demonstra que a CPI não terminou em pizza – ressaltou.

Heráclito: ação do Supremo demonstra eficiência das CPIs

Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou que o fato de o Supremo Tribunal Federal estar analisando a denúncia do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, contra os 40 acusados de participação no escândalo do mensalão é uma demonstração da eficiência do instituto das comissões parlamentares de inquérito.

– Imaginem se não tivesse sido instalada [a CPI] para apurar fatos graves de que o país tomava conhecimento e que a classe política sabia que existiam – observou o senador, referindo-se ao período de instalação das CPIs dos Correios e do Mensalão.

Heráclito ainda se dirigiu ao líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), dizendo-lhe



Heráclito pede apoio de Raupp para instalar CPI das ONGs

que contava com sua “boa vontade” para que a CPI das ONGs seja instalada.



“Não é possível os médicos sobreviverem com consulta por R\$ 2,50”, diz Mão Santa

Mão Santa quer ajuda do governo para a saúde no Piauí

Mão Santa (PMDB-PI) fez um apelo ao presidente Lula e ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, para que ajudem o setor de saúde no Piauí. Ele alertou para a proximidade da crise iniciada com a greve dos médicos em Alagoas, que já se expandiu para a Paraíba e deve chegar brevemente ao Piauí.

O senador disse que os médicos precisam sobreviver e que isso não é possível com o Sistema Único de Saúde (SUS) pagando R\$ 2,50 por consulta. Em sua opinião, a saúde piorou após a criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Ideli comemora aprovação de projeto para acelerar Justiça

Ideli Salvatti (PT-SC) comemorou a aprovação, ontem, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do projeto de lei (PLS 268/07) de sua autoria que dá prioridade à tramitação de processos judiciais sobre crimes contra a administração pública praticados por funcionários públicos. Segundo a senadora, a matéria integra, com outros cinco projetos, o pacote de reforma do Código de Processo Penal (CPP) analisado pela CCJ. O foco dessa iniciativa é o combate à morosidade da Justiça no país. Ideli coordena o grupo de trabalho criado pela comissão para sistematizar as mudanças ao CPP.



Proposta integra pacote de reforma do Código de Processo Penal, informa Ideli

Senador afirma que o dinheiro dos contribuintes não é administrado de forma competente, aumentando a carga tributária, mas sem retorno em serviços públicos de qualidade

Cristovam: país precisa de gestão, rumo e ética para ter credibilidade

“O Brasil está vivendo um período em que o ar cheira a calamidade”, disse Cristovam Buarque (PDT-DF), referindo-se às greves de médicos, às manifestações de servidores públicos e “à falta de investimentos em saúde, educação e transporte urbano”. A isso tudo acrescentou o que chamou de “calamidade na ética”.

O senador explicou que a “calamidade na ética” pode ser notada quando o presidente do Senado, “apesar de estar sendo investigado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, preside a Mesa e toma decisão em relação a processo de outro senador”.

– Não posso julgar esse outro senador, nem mesmo o senador Renan, mas sim o presidente Renan, que, ao sentar na cadeira do presidente, apesar da suspeição,



Cristovam Buarque considera que o Brasil “vive um período de calamidade”

comete um equívoco que traz graves danos a esta Casa – opinou.

Cristovam citou o jornalista Alexandre Garcia, que afirmou, no programa *Bom Dia Brasil*, serem os recursos humanos, e não os financeiros, os que mais fazem falta no país. De acordo

Paim lembra data comemorativa da abolição do tráfico de escravos

O Dia Internacional de Recordação do Tráfico de Escravos e da sua Abolição, celebrado na data de hoje – 23 de agosto –, foi lembrado por Paulo Paim (PT-RS). A data foi proclamada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

O senador destacou a importância da liberdade para crianças, adultos e idosos e condenou os 400 anos de tráfico de escravos africanos praticado durante a colonização das Américas.

– Dói na alma, no coração, na mente quando ouvimos a expressão: “Povo que não tem

virtude acaba por ser escravo”. Poucos sabem que entre os negros escravizados, seqüestrados, estavam guerreiros, líderes, reis, príncipes, princesas, rainhas, homens e mulheres livres que foram tratados como gado, reprodutores de mão-de-obra gratuita, mão-de-obra barata. Foram subjugados pela força das armas e pelo poder econômico da época – destacou.

Paim pediu urgência na aprovação de matérias de interesse das comunidades negras, “como o Estatuto da Igualdade Racial”, já aprovado no Senado e aguardando deliberação da Câmara, e punição para as escolas que não

com as palavras do jornalista, lidas pelo senador, “achar que o dinheiro sozinho resolve é aplicar em clientelismo demagógico, sem resolver a incompetência”.

– Gastamos, *per capita*, em saúde igual ou mais que países que têm serviço de saúde perfeito, e aqui está um caos. Políticos querem mais dinheiro do contribuinte, e o dinheiro é mal administrado. Por isso, a carga fiscal dobrou de 1984 até hoje. Mas, sem o rumo, a gestão não serve praticamente de nada. Gestão, rumo e ética, é o que a gente precisa, para recuperar a credibilidade – disse o senador.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) elogiou o pronunciamento de Cristovam Buarque e chamou a atenção para a baixa remuneração dos policiais.



Paim pede urgência na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial

cumprem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (10.639/03), para incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

– Só quando o estatuto for aprovado teremos conquistado a verdadeira carta de alforria da comunidade negra – afirmou.

a paralisação foi suspensa depois de acordo para aprovação da Lei 11.233/05, que instituiu a Gratificação Específica de Atividade Cultural (Geac). Mas, conforme o senador, a Geac manteve os vencimentos básicos, não contemplando a descrição de cargos e os mecanismos de reconhecimento de mérito e titulação.

A implantação do plano, disse Viana, contemplará cerca de 4 mil servidores, com um impacto de R\$ 152 milhões por ano, o que corresponde a 0,32% na despesa mensal com pessoal civil do Executivo federal.

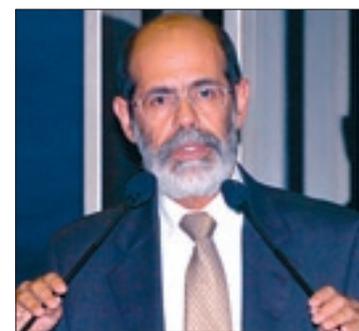


Servidores estão em greve desde o dia 15 de maio, alerta Tião Viana

Viana cobra plano de cargos para carreira da Cultura

O senador Tião Viana (PT-AC) pediu aos ministros da Casa Civil, Dilma Rousseff, e do Planejamento, Paulo Bernardo, o encaminhamento ao Congresso de projeto de lei sobre o Plano Especial de Cargos da Cultura. Ele registrou que os servidores do Ministério da Cultura e das entidades a ele vinculadas estão em greve desde 15 de maio.

Viana lembrou que, há dois anos, defendeu a implantação de uma carreira para esses servidores, que estavam em greve já havia cem dias. Ele afirmou que



Fotos:Geraldo Magela

Mesquita Júnior afirma ter recebido e-mail sobre existência de esquadrão homofóbico

Mesquita Júnior denuncia possível caça a homossexuais

No último dia 15, o professor Aldemir Pereira de Andrade, 35 anos, foi encontrado morto dentro de sua casa, em Rio Branco. Três dias antes, na madrugada de 12 de agosto, o coordenador do programa DST/Aids no Acre, Francisco Dantas, também foi encontrado morto. Os dois foram barbaramente assassinados.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que levou o assunto ao Plenário, recebeu e-mail de uma acreana denunciando a possível existência de um esquadrão homofóbico em Rio Branco. O senador pediu uma apuração cabal dos dois assassinatos para a posterior punição dos envolvidos.

Expedito Júnior pede conclusão da Transamazônica

Expedito Júnior (PR-RO) reforçou pedido ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, pela conclusão do asfaltamento da BR-319, conhecida como Transamazônica. O pleito já havia sido encaminhado ao ministro, durante audiência com a bancada de Rondônia no Congresso, juntamente com pedidos de inclusão de outras obras no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

De acordo com o senador, a paralisação do serviço de asfaltamento está acarretando prejuízos ao escoamento dos produtos eletroeletrônicos produzidos na Zona Franca de Manaus, ao turismo e aos caminhoneiros.



Expedito Júnior adverte para prejuízos com a paralisação do asfaltamento